



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

Apresentação: 13/08/2025 20:56:51.100 - PL0733/2025
EMC 484/2025 PL0733/2025 => PL 733/2025
EMC n.484/2025

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO

PROJETO DE LEI Nº 733, DE 2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA Nº

Modifica-se o texto do inciso XXIV do Art.6º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[..]

XXIV - Portos Estratégicos: portos públicos que exercem função essencial para a segurança e a soberania nacional, com o objetivo de promover a integração territorial e o desenvolvimento econômico sustentável do País, a serem definidos em Regulamento desta Lei.”

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XXIV, ao definir "Portos Estratégicos", reconhece o papel fundamental de determinados portos públicos na segurança e soberania nacional. Essa classificação é essencial para assegurar que essas infraestruturas críticas recebam o tratamento prioritário e os recursos necessários para desempenhar suas funções de maneira eficaz, alinhadas aos interesses do Estado e da sociedade.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252587627500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ana Paula Lima





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Federal Ana Paula Lima (PT/SC)

Os Portos Estratégicos contribuem para a integração territorial ao promover a interligação entre diferentes regiões do País, especialmente aquelas com menor acesso a outros meios de transporte. Ao facilitar o escoamento de mercadorias, a mobilidade de pessoas e o intercâmbio econômico, esses portos tornam-se vetores de desenvolvimento regional e nacional.

Além disso, ao promover o desenvolvimento econômico sustentável, os Portos Estratégicos exercem papel crucial na implementação de políticas públicas que equilibram crescimento econômico com proteção ambiental e inclusão social. Sua gestão eficiente e estratégica fortalece a competitividade nacional e garante a participação do País em cadeias logísticas globais.

Portanto, a inclusão desse inciso no ordenamento jurídico é indispensável para assegurar que os portos identificados como estratégicos sejam tratados com a prioridade que sua relevância demanda, contribuindo para a segurança, a soberania e o progresso sustentável do Brasil.

Sala das Comissões, de agosto de 2025.

ANA PAULA LIMA
Deputada Federal PT/SC

Apresentação: 13/08/2025 20:56:51.100 - PL0733/2025
EMC 484/2025 PL0733/2025 => PL 733/2025
EMC n.484/2025



* C D 2 2 5 2 5 8 7 6 2 7 5 0 0 *